



Enfraquecimento da indústria torna Brasil menor

Síntese: O lançamento da “nova política industrial” do governo Dilma Rousseff, batizada de “Brasil Maior”, recolocou em evidência o debate sobre a perda de vigor da indústria nacional. Há indicações claras de que o setor que, tradicionalmente, gera os empregos de melhor qualidade e mais bem remunerados no país está definhando: menor participação no PIB, perda de competitividade internacional, maior penetração de bens importados no mercado interno e baixa inovação tecnológica. No governo do PT, a economia local tornou-se mais dependente da exploração de commodities. Qualquer semelhança com o período colonial não é mera coincidência.

O lançamento da “nova política industrial” do governo Dilma Rousseff recolocou em evidência o debate sobre a perda de vigor da indústria brasileira. Há indicações claras de que o setor que, tradicionalmente, gera os empregos de melhor qualidade e mais bem remunerados no país está definhando. A gestão petista não foi capaz de apresentar um programa consistente para reverter a débâcle.

A perda de terreno por parte da indústria na economia brasileira chama atenção. Por onde quer que se olhe, as evidências são preocupantes: menor participação no PIB, perda de competitividade, maior penetração de produtos importados no mercado interno e baixa inovação tecnológica. O setor manufatureiro padece, afetado, principalmente, pelo câmbio excessivamente valorizado e pelas altas taxas de juros praticadas no país.

Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a participação da indústria da transformação no PIB caiu de 27% em meados da década de 1980 para 15% em 2010. Nem o forte empuxo do crescimento recente da economia brasileira como um todo tem sido capaz de reanimar o segmento. Entre 2003 e 2010, enquanto a taxa média anual de expansão do PIB foi de 4%, a da indústria da transformação não passou de 2,7%.

No período, quem cresceu com mais força foram a mineração, com média anual de 5,5%, e a agropecuária, com 3,2%. É uma indicação clara de que, nos anos Lula, a economia brasileira caminhou em marcha acelerada para uma “reprimarização”, ou seja, passou a depender mais da exploração de matérias-primas e da extração de recursos naturais. Qualquer semelhança com o período colonial não é mera coincidência.

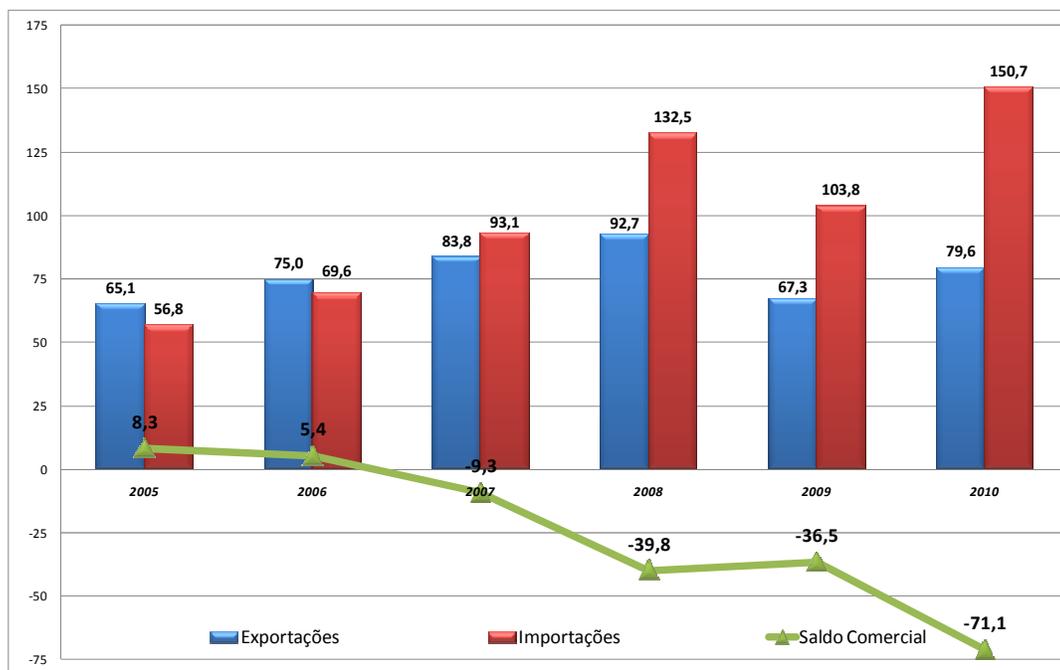
Menos tecnologia, mais importações

O peso das *commodities* na pauta de exportações do Brasil é cada vez maior: se, nos anos 90, participavam com algo como 40%, hoje já respondem por 51%, segundo o Ipea. Na outra ponta, a fatia dos manufaturados nos embarques para o exterior recuou de 61% em 2002 para 38% hoje, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O país exporta cada vez menos produtos intensivos em tecnologia, enquanto torna-se cada vez mais dependente das importações de artigos de maior valor agregado. Para ficar apenas em um exemplo: vendemos minério de ferro e compramos automóveis. Que futuro há nisso?

O déficit tecnológico – definido como a diferença entre importações e exportações de bens e serviços intensivos em tecnologia – deu um salto mortal nos últimos anos. Passou de US\$ 15,4 bilhões em 2002 para US\$ 85 bilhões no ano passado, segundo estudo do professor Reinaldo Gonçalves, da UFRJ. No setor de máquinas e equipamentos, por exemplo, 60% já são importados.

Balança comercial de manufaturados (em US\$ bilhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Em consequência desse ciclo perverso, as indústrias fabricantes de produtos com maior valor agregado foram, paulatinamente, sendo fechadas e as que sobreviveram enfrentam enormes dificuldades, desencadeando uma forte tendência de desindustrialização prematura da economia brasileira.

Este é um cenário preocupante porque países que enfraquecem sua indústria manufatureira antes de alcançar um nível de desenvolvimento adequado, como é o caso do Brasil, que possui baixa renda per capita, costumam ter problemas sérios na forma de aumento de desemprego e desequilíbrio nas contas externas em algum momento futuro.

Competitividade minada

Não é difícil explicar por que a indústria brasileira tem hoje tanta dificuldade para sobreviver. Os fatores de produção à disposição são quase todos desfavoráveis: alto custo de capital, em razão da exorbitante taxa de juro; câmbio muito apreciado, favorecendo a entrada de importados e dificultando as vendas ao exterior; elevada carga de impostos, onerando a produção; custos de mão-de-obra expressivos e uma infraestrutura deficiente. Em suma, um "custo Brasil" que os nossos concorrentes não têm de suportar.

Este rol de empecilhos mina a competitividade do produto local e abre caminho para a invasão de bens e serviços estrangeiros. O coeficiente de importação, que mede a participação dos importados no consumo aparente do país, bateu em 23% em junho. Em 28 dos 33 setores analisados pela Fiesp, a participação dos importados foi crescente no segundo trimestre do ano. Especificamente na indústria, o coeficiente dobrou desde 2002.

A outra face desta mesma moeda é a perda de espaço da indústria nacional no mercado exterior, principalmente ante a agressiva concorrência da China. Sondagem realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) revelou que, apenas no ano passado, 67% das empresas exportadoras brasileiras que competiram com produtos chineses perderam clientes.

A “nova política industrial”

Diante de um quadro de tamanha gravidade, a resposta do governo federal tem sido a mais frágil possível. A tibieza foi coroada com o lançamento, no início do mês, do programa “Brasil Maior”, tentativa insuficiente de responder à demanda do setor produtivo por uma nova política de incentivos. A proposta não consegue sequer tisonar os principais problemas da indústria nacional.

Como um todo, o programa destina R\$ 24,5 bilhões para desonerar a produção industrial. As principais medidas são a desoneração da folha de pagamentos, a preferência a artigos nacionais em concorrências públicas e a prorrogação de benefícios tributários ao setor automobilístico. Poucos setores, porém, serão atendidos: o governo vai zerar a contribuição previdenciária patronal apenas das empresas de confecções, calçados, móveis e software – que, juntas, respondem por menos de um quinto do PIB industrial do país.

O que se constata é que o “Brasil Maior” chegou tarde demais para socorrer um setor hoje moribundo. Seus instrumentos são tímidos e limitados diante das condições macroeconômicas hostis com as quais a indústria nacional se defronta. O tempo de vacas gordas da economia mundial, que poderia ter permitido superar antigos obstáculos que atravancam a competitividade dos produtos brasileiros, passou sem ser aproveitado pelo governo do PT.

Enquanto países como China e Índia procuraram aumentar sua taxa de poupança e investimento, o Brasil perdeu os últimos anos fazendo exatamente o contrário: insuflou o consumo e intoxicou a economia com doses cavalares de impostos, juros e câmbio apreciado. São robustas as evidências de uma desindustrialização precoce e da pauperização da pauta de exportações, tornando incerto o futuro da economia nacional. Se o governo realmente deseja eliminar a miséria no país, é indispensável dispor de uma indústria forte e produtiva. Não resta dúvida de que o que foi feito até agora é algo menor.



“Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV” é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA – www.itv.org.br

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 – 17º andar – Sala 1707 . CEP 70.165-900 . Brasília – DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . itv@itv.org.br